

HISTÓRIA DAS CRECHES NO BRASIL ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1988.

Mayara Alves De Castro | mayaracastro22@gmail.com
Alba Patrícia Passos de Sousa | alba2patricia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a creche foi considerada como sendo de caráter assistencialista, ou seja, um direito não de todos, mas somente dos que careciam deste atendimento, pois esta instituição era designada a cuidar das crianças enquanto os pais/mães trabalhavam, sendo assim, apenas os filhos dos trabalhadores frequentavam este estabelecimento. Nessa visão assistencialista, as creches eram consideradas como um espaço (depósito) para cuidar de crianças, não havendo nenhuma preocupação com o educar, embora educasse.

Atualmente, a educação infantil é dividida entre creche e pré-escola, e essas fazem parte da educação básica juntamente com o ensino fundamental e médio. Essa conquista possibilitou um novo olhar perante a creche, aliando as funções de educar e cuidar no sentido de contribuir com o desenvolvimento e formação da criança.

Certamente, as mudanças para que se garantisse o atendimento a primeira infância legal, não ocorreu de uma hora para outra, por isso procura-se investigar como foi iniciado o atendimento as crianças brasileiras através da história, visando perceber como se constituiu a instituição creche.

A escolha dessa temática partiu da minha vivência como professora na Educação Infantil, através da observação, questionamentos na busca de entender como surgiu no país o atendimento a primeira infância e por perceber que a educação de para crianças com idade entre 0 e 6 anos, tem-se constituído gradativamente enquanto tópico cada vez mais relevante na agenda de políticas públicas.

Para fins didáticos e melhor compreensão dos acontecimentos se fará um breve histórico sobre a concepção de infância e a primeira iniciativa de atendimento, os movimentos percussores, e a expansão do atendimento até o marco histórico até a Constituição Federal de 1988 que veio a garantir a educação como direito.

INFÂNCIA E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE ATENDIMENTO

A história da infância no Brasil não foi muito diferente, do que vinha acontecendo no mundo. Durante muito tempo, a criança ficou à mercê de qualquer tipo de cuidado, quer seja médico, assistencial ou educacional, ou seja, a criança era cuidada por qualquer um e não era responsabilidade de ninguém. Como relata Kramer (2003, p.48): “Durante o primeiro período, do descobrimento até 1874, pouco se fazia no Brasil pela “infância desditosa”, tanto do ponto de vista da proteção jurídica quanto das alternativas de atendimento existentes”. Portanto, podemos destacar que a situação da criança no Brasil pode ser caracterizada pelo abandono do Estado, que não se preocupava em estabelecer um atendimento destinado especificamente para a criança.

No período escravista, as escravas amarravam seus filhos às costas, para poderem trabalhar e cuidar de suas crianças ao mesmo tempo. Já os filhos das escravas que serviam como amas-de-leite eram depositadas na Roda dos Expostos. Esta Roda foi por muito tempo à única instituição que atendia as crianças abandonadas no Brasil. A criança escrava rapidamente era inserida aos afazeres domésticos. Dessa forma, ela logo seria introduzida ao mundo adulto como percebemos no texto de Faria (1997, p.15):

A idade de cinco a seis anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. Dos seis aos doze anos, ela aparece desempenhando alguma atividade, geralmente pequenas tarefas auxiliares. Dos doze em diante, as meninas e os meninos eram vistos como adultos no que se refere ao trabalho e a sexualidade.

Assim como as crianças escravas, os meninos brancos desfrutaram pouco sua infância, pois logo cedo eram inseridos no mundo adulto.

Para o menino branco, a partir dos seis anos, iniciava-se o aprendizado do latim, da gramática, das boas maneiras, nos colégios religiosos. A vara de marmelo e a palmatória se incumbiam de transformar o antigo “anjinho” numa miniatura de adulto precoce. Dos sete anos em diante, o jovem brasileiro possuía a gravidade de um adulto e até usava os mesmos trajes-chapéu, bengala e colarinho engomado. (FARIA, 1997, p.15).

Nesse sentido, vamos perceber no Brasil uma infância curta tanto para os escravos como para as crianças brancas, filhos dos grandes latifundiários deste país.

A partir da segunda metade do século XIX, o movimento higienista criada por médicos

e sanitárias inicia uma ação com objetivo de melhorar as condições de saúde da população, começam a criticar o uso das amas-de-leite e da Roda, até então a “única opção segura” para as mães das classes abastadas amamentarem seus filhos. Essas mulheres continuavam necessitando do trabalho das ex-escravas para o trabalho doméstico e, como as Rodas passaram a ser menos utilizadas nessa época, surgiu à necessidade de criar uma instituição para abrigar os filhos das trabalhadoras domésticas, enquanto estas realizavam seu trabalho. Como relata Oliveira (2002, p.92):

[...] a abolição da escravatura no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, que já não iriam assumir a condição de seus pais, e, de outro, concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, as quais, na verdade, representavam apenas uma arte de varrer o problema para debaixo do tapete”: criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituição assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres.

É nesse contexto que alguns médicos, juntamente com as mulheres burguesas, criam as primeiras creches brasileiras, a fim de realizarem seus projetos higienistas. A creche nasce como uma instituição assistencialista voltada para cuidar das crianças pobres, pois afirmavam que a família não era capaz de realizar tal tarefa. Assim, podemos constatar que, neste momento, a preocupação maior com a infância estava voltada para a sua saúde.

A concepção de infância predominante durante o período escravista refletia as necessidades da produção de riquezas da época:

“Na primeira infância, até os seis anos, a criança branca era geralmente entregue à ama-de-leite. O pequeno escravo sobrevivia com grande dificuldade, precisando para isso adaptar-se ao ritmo de trabalho materno. Após esse período, brancos e negros começavam a participar das atividades de seus respectivos grupos. Os primeiros, dedicando-se ao aprimoramento das funções intelectuais, e os segundos iniciando-se no mundo do trabalho ou no aprendizado dos ofícios.” (CIVILETTI, 1988, pág.65).

Portanto, percebe-se a desvalorização do papel da mulher mãe, tanto branca como negra não importando, contudo a classe social e a falta de entendimento da fase infantil tornando essas crianças, adultos cada vez mais cedo e repetindo práticas do universo adulto.

MOVIMENTOS PERCUSSORES DAS CRECHES

Não há um consenso exatamente sobre qual seria o pioneiro da creche no Brasil. A autora Maria Vitória Civiletti aponta para a Roda dos Expostos em um período pós-abolição, enquanto outros autores identificam as criadeiras como uma semente da creche. As criadeiras eram mulheres pertencentes a comunidades que atendiam as crianças de diversas famílias para que suas mães pudessem trabalhar.

Já a Roda dos Expostos era um mecanismo pelo qual uma criança era depositada em um cilindro giratório que a entregava do lado oposto, sem que as identidades de quem a deixou e quem acolheram a criança fossem reveladas. As crianças atendidas por essa roda eram filhos de escravos, além disso, também havia filhos de mulheres brancas, solteiras e mestiças que não tinham condições financeiras de sustentar seus filhos ou que tentavam esconder a vergonha de ser mãe solteira no início do século XX.

Por volta de 1988, com o advento da Lei Áurea, sancionada por a princesa Isabel que colocou um fim da escravidão no Brasil começou a surgir no Brasil discurso sobre creche para as crianças pobres. Revela-nos a Prof^a Maria Vitória Civiletti:

“A creche poderia também fornecer à classe dominante um ganho secundário. Além de liberar a mão de obra feminina e garantir a sobrevivência das crianças da classe trabalhadora, ela podia ser um lugar privilegiado de controle sobre essa classe. As creches e salas de asilo, portanto, com raras exceções, assumirão o caráter controlador que a filantropia delegou à escola” (CIVILETTI, 1988, Pág.65).

A partir do trecho acima, temos um ponto de partida para definirmos o surgimento da creche no Brasil. Longe de priorizar uma concepção educacional da função dessa instituição, percebemos uma manipulação da classe dominante da época em relação ao discurso sobre a necessidade de creches.

Primeiramente, o higienismo – pensamento que servia aos interesses da crescente burguesia da época - propagava ainda que indiretamente um discurso no sentido de subjugar a mãe pobre. Sobre esta, recaiam diversos preconceitos, principalmente aqueles que afirmavam impossibilidade de uma mãe pobre criar seus próprios filhos.

Em um segundo momento a creche aparece como uma determinante para os filhos das mães trabalhadoras, sem a qual as crianças padeceriam de fome, doenças, negligência, maus hábitos e costumes. A creche então começa ser difundida enquanto uma política de assistencialismo. No entanto, percebemos que a creche aparece no Brasil para atender uma

demanda específica da classe dominante. As mulheres pobres precisavam ser liberadas para o trabalho, tanto para o emprego doméstico para servir a mulher burguesa quanto para num período posterior de crescente industrialização ocupar os postos industriais. Não podemos nos furtar de mencionar o caráter controlador e disciplinador que as instituições de ensino possuíam. Geralmente ligadas a Igreja Católica, o ensino do cristianismo revelava uma educação voltada para o condicionamento e conformismo com o contexto social de extrema desigualdade social e exploração da mão de obra. Mas, o que queremos realmente destacar nesse espaço é o caráter assistencialista no qual o discurso sobre creche nasceu e se firmou. E assim, sobre esse discurso, que as primeiras creches foram fundadas ainda na Primeira República.

A EXPANSÃO DAS CRECHES

A reivindicação por creches públicas no Brasil se deu pela luta das mulheres. A priori parece-nos óbvio tal afirmativa, no entanto, como vimos esse movimento de implantação das creches foi impulsionado por diferentes e contraditórias, concepções de infância, maternidade e educação.

Inicialmente, as creches foram sendo implantadas sob uma perspectiva assistencialista como forma de proteção dos filhos das mulheres pobres da classe trabalhadora. As indústrias, a partir de 1930- 1956 com a revolução industrial.

As creches surgiram gradativamente no Brasil a partir do século XIX, tendo como referência, para a formulação de suas ações de atendimento à população, as instituições asilares e religiosas da época. A função principal desses ambientes era evitar a morte de bebês e crianças pequenas por meio do fornecimento de abrigo, alimentação e alguma assistência em higiene e saúde. Isto porque se entendia que as famílias dessas crianças, oriundas fundamentalmente de classes sociais humildes, não podiam promover os cuidados infantis básicos ou que as mesmas, por convenções sociais da época, não o desejavam fazer (MERISSE, 1997).

Todavia, o cenário construído pelas transformações socioeconômicas e culturais em nossa sociedade, nas últimas décadas, principalmente a emancipação e a inserção feminina no mercado de trabalho e as dificuldades financeiras na implementação da educação infantil, desencadearam um aumento na demanda dos serviços das creches públicas e/ou privadas.

Após a Proclamação da República, começa a surgir no país uma série de instituições preocupadas com a saúde pública e a assistência à infância. Surgem, também, escolas infantis e jardins de infância. Devemos destacar que, neste período, uma série de transformações foi desencadeada sob o efeito da urbanização e industrialização que vinha acontecendo no Brasil. Assim, escreve Oliveira (2002, p.94):

A consolidação da atividade industrial acelerou a transformação de uma estrutura econômica agrária, na qual o trabalho podia ser realizado pelo conjunto dos familiares, em outra estrutura, que passou a incluir a separação física entre local de moradia e local de trabalho e na qual o trabalhador era considerado uma unidade produtiva.

Com admissão de um grande número de mulheres para trabalharem nas fábricas, surge o grande problema: quem vai cuidar das crianças enquanto as mulheres estão trabalhando? É neste contexto, que surgiram as conhecidas “fazedoras de anjos”, mulheres que recebiam dinheiro para cuidar das crianças filhas das operárias. Elas foram estigmatizadas com esse nome pelo grande número de crianças que morriam sob o seu cuidado.

A partir da crise do sistema oligárquico¹⁴⁴, as atividades industriais se expandiram no país. Isso contribuiu para a queda da cultura patriarcalista que aqui predominava. Com isso, cada vez mais a mulher foi inserida do mercado de trabalho.

Neste momento histórico, começavam a surgir movimentos em defesa de uma educação pública com ensino laico, gratuito e obrigatório, assim como a propagação de jardins-de-infância inspirados no modelo de Froebel¹⁴⁵. Esse movimento ficou conhecido como escolanovista. No entanto, esses jardins-de-infância eram destinados às crianças da classe privilegiada. Já para os filhos dos trabalhadores eram reservados os parques infantis que em nada pareciam com jardins de infância.

A maioria das instituições voltadas para o atendimento das crianças da camada popular possuía o caráter médico-assistencialista voltada para cuidar da alimentação, higiene e da segurança física da criança. “Entendidas como um “mal necessário”, as creches eram planejadas como instituições de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal de enfermagem, preocupação com higiene do ambiente físico”. Oliveira (2002, p.100). Então, percebemos que não havia nenhuma preocupação com o desenvolvimento cognitivo, efetivo e social da criança. A função da creche era somente cuidar da saúde dos pequenos.

As creches que existiam fora das fábricas eram de responsabilidade das entidades filantrópicas, principalmente de ordem religiosa. Depois de certo tempo, os órgãos

144 Conjunto de regras e práticas políticas que asseguram o predomínio de um pequeno número de pessoas no controle do Estado. Durante a primeira República no Brasil, esse controle era exercido por chefes políticos, estaduais e municipais.

145 Froebel é considerado o criador dos Jardins de infância pelo interesse que demonstrou na educação de crianças pequenas.

governamentais passam a ajudá-las, justamente com doações de algumas famílias ricas da época. Percebemos com isso que o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade era realizado através da caridade, sem possuir vínculo com o Estado. E foi dessa forma que as instituições de educação infantil funcionaram durante muito tempo.

As creches que existiam fora das fábricas eram de responsabilidade das entidades filantrópicas, principalmente de ordem religiosa. Depois de certo tempo, os órgãos governamentais passaram a ajudá-las, juntamente com doações de algumas famílias ricas da época. Percebemos com isso que o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade era realizado através da caridade, sem possuir nenhum vínculo com o Estado.

Quando, a partir do final da década de 1960, ocorreu a demanda por creches por parte de setores médios da sociedade esta também se ampliou no interior das classes populares, que buscavam alternativas para a educação dos seus filhos pequenos, compatíveis com as exigências apresentadas pelo mundo do trabalho e pela vida em centros urbanos.

Durante o ano de 1970, começaram a serem divulgados estudos que explicavam o fracasso escolar. Kramer (2003, p.24) nos explica que:

As crianças das classes sociais dominadas (economicamente, desfavorecidas, exploradas, marginalizadas, de baixa-renda) são consideradas como “carentes”, “deficientes”, “inferiores” na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido. Faltaram a estas crianças, “privadas culturalmente”, determinadas atributos, atitudes ou conteúdos que deveriam ser nelas incutidos, a fim de suprir as deficiências de saúde e nutrição, as escolares, ou as do meio-cultural em que vivem as crianças, são propostos diversos programas de educação pré-escolar de cunho compensatório.

Dessa forma, passaram a relacionar a condição social ao fracasso escolar. As instituições de educação infantil foram utilizadas como um meio de compensar as crianças pobres da sua condição social. A educação compensatória visava como proposta a estimulação precoce e o preparo para a alfabetização. Contudo, essas propostas ainda continuavam tendo um caráter assistencialista de educação e ensino.

Foi nessa mesma década que em 1970 aconteceu uma série de transformações no sistema de educação infantil. Além das diversas discussões que vinham ocorrendo na época, a respeito do desenvolvimento nos primeiros anos de vida do ser humano. As famílias de baixa renda também passaram a exigir atendimento educacional para as crianças de zero a seis anos de idade, implicando assim, para o processo de municipalização da educação pré-escolar. Por conseguinte, os trabalhadores começam a exigir que o acesso à creche seja um direito de todos e dever do Estado.

Com a abertura política após mais de duas décadas de Regime Militar, o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ULYSSES GUIMARÃES (1988) chamou a nova Constituição de Constituição Cidadã. Isto porque, sua produção contou a participação popular dotada de um sentimento de exercício da cidadania. Apesar dos setores elitistas da sociedade terem tentado retirar de seu texto os diversos direitos sociais conquistados pelo povo, ao longo da história, prevaleceram às concepções de um Estado Social erigida à categoria de direito fundamental, a educação passou a integrar o grupo de direitos que asseguram a sobrevivência e a formação digna do ser humano e, por esse motivo, direitos universais. Desta forma, foi incluído, pela primeira vez na história de nossas Constituições o direito à creche pública a todas as crianças. Portanto na década de 80, mais especificamente após o Regime Militar com o Plano Nacional de Desenvolvimento em 1986, houve um avanço considerável com relação à Educação Infantil. Foram produzidos estudos e pesquisas de relevante interesse, inclusive discutindo e buscando a função da creche e da pré-escola. E universalizou-se a ideia de que a educação da criança pequena é importante (independente de sua origem social) e que é uma demanda social básica. Contudo, a Constituição de 1988 definiu a creche como direito de família e dever do Estado em oferecer esse serviço. Todo o avanço é histórico, cultural e político, portanto, precisa ser conquistado o tempo todo. No entanto, esse marco contribuiu para reconhecer a importância da instituição de educação creche.

Conforme a Constituição Federal 1988, nos artigos 205,206 e 208;

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Garantindo assim, portanto o atendimento como um direito da criança a creche e a pré-escola, de responsabilidade do Estado e dever da família em prol da cidadania. Portanto pela primeira vez ao longo da história a instituição creche passou a ser vista diante da Lei como uma política educacional, constituindo, por sua vez no marco histórico de educação e atendimento a primeira infância configurando-se no papel de complementar a ação da família e vendo a criança como um cidadão de direitos.

Com a abertura política após mais de duas décadas de Regime Militar, o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ULYSSES GUIMARÃES (1988) chamou a nova Constituição de Constituição Cidadã. Isto porque, sua produção contou a participação popular dotada de um sentimento de exercício da cidadania. Apesar dos setores elitistas da sociedade terem tentado retirar de seu texto os diversos direitos sociais conquistados pelo povo, ao longo da história, prevaleceram às concepções de um Estado Social erigida à categoria de direito fundamental, a educação passou a integrar o grupo de direitos que asseguram a sobrevivência e a formação digna do ser humano e, por esse motivo, direitos universais. Desta forma, foi incluído, pela primeira vez na história de nossas Constituições o direito à creche pública a todas as crianças.

CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados, percebe-se o atendimento às crianças foi por muito tempo sendo jogado, ora como responsabilidade exclusiva da família, ou como favor prestado ao trabalhador pelas empresas, ora como responsabilidade do Estado.

No período colonial, pode-se perceber que as crianças viviam e se comportavam como adultos e entravam no universo adulto muito cedo, rapidamente desempenhavam atividades voltadas para o trabalho, vestimentas e comportamentos.

O advento da abolição da escravatura, a instituição de atendimento infantil passou a ser a se pensar na instituição para atender as crianças pobres, nos quais as mães precisavam trabalhar, onde as políticas higienista também influenciaram bastante esse movimento em virtude de evitar a morte das crianças e fornecer saúde e assistência.

Com a mudança de paradigmas na sociedade a mulher foi cada vez mais ocupando o mercado de trabalho, surgindo a partir daí a creche não como uma política de assistência a crianças pobres, voltando-se pela primeira vez ao âmbito também educacional, contudo somente as crianças da classe dominante tinham acesso a esse tipo de atendimento.

Então, foi somente após o término do período militar que a creche passou a ser abarcada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento organizado, em 1986, que estabelecia a responsabilidade do Estado e das empresas em proporcionar o atendimento das crianças em creches. Com isso, começa uma nova discussão entre os educadores, a fim de romper com as concepções assistencialistas ou compensatórias das instituições. Neste período a creche começa a aparecer como um local de aprendizagem, que deve proporcionar o

desenvolvimento infantil. Mas é somente em 1988 que a Constituição Federal, passou a reconhecer a creche como um direito da criança e um dever do Estado.

Nesta perspectiva, salienta-se que durante o surgimento da instituição de educação infantil creche, a sociedade sofreu grandes mudanças e foi durante essas modificações que se percebeu a necessidade de espaços para atender crianças, à princípio pensado como política assistencial e posteriormente vista como espaço educacional, onde a legislação de 1988, através da Constituição Federal reconheceu como direito da criança e da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988.

BRASIL Assembléia Nacional Constituinte. de 1988.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. **A Creche e o Surgimento da Nova Maternidade**, 1988. Dissertação. Centro de Pós- Graduação em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. **Infância e educação infantil: resgatando um pouco da história.** Fortaleza: SEDUC, 2000.

FARIA Sonimar Carvalho. História e política de educação infantil. In: FAZOLO, Eliane et al. **Educação Infantil em Curso.** Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MERISSE, A. A origem das instituições de atendimento à criança: o caso das creches. In: MERISSE, A., JUSTO, J. S., ROCHA L. C., VASCONCELOS, M.S. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato.** São Paulo: Arte Ciência, 1997. P. 25-21.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.